

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo permitir que cada consumidor saiba se há (e o quanto há de) agrotóxicos na água que lhe está sendo fornecida. A água utilizada para consumo humano é um bem essencial que garante saúde e qualidade de vida à população quando distribuída em quantidade suficiente e com qualidade que atenda ao padrão de potabilidade.

No Brasil, o monitoramento de agrotóxicos na água destinada ao consumo humano já é obrigatório. O Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua) é responsável por coordenar esse processo. Suas ações são desenvolvidas em conjunto com as empresas fornecedoras e com autoridades de todos os níveis federativos. Desse modo, a proposição em questão trata apenas de dar transparência a dados já existentes.

Segundo dados oficiais da ANVISA, entre 2019 e 2022, foram liberados 2.182 agrotóxicos para serem utilizados no Brasil. O Rio Grande do Sul é um estado com forte vocação agrícola, sendo comum a utilização de agrotóxicos em diversas culturas produzidas aqui. Em outros estados, já há proposições semelhantes que serviram de inspiração, podendo-se citar como exemplo o Projeto de Lei nº 198/2023, do Mato Grosso, e o Projeto de Lei nº 3750/2019, de Goiás.

Ressalte-se, por fim, que a presente proposição, como medida de proteção à saúde e aos direitos do consumidor, tem em seu núcleo a busca por garantir algo muito básico: que os gaúchos conheçam a água que utilizam em suas casas. Nesse sentido, portanto, pede-se o apoio dos demais parlamentares para a célere tramitação e aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2023.

Deputado(a) Luciana Genro

Deputado(a) Matheus Gomes